

RELATÓRIO E CONTAS 2002



SEDE SOCIAL:

Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tel.: 21 381 97 00
Fax: 21 381 97 99

web: www.mapfre.pt



2	Órgãos sociais
3	Relatório de Gestão
5	I- ENQUADRAMENTO ECONÓMICO
6	II- ACTIVIDADE DA EMPRESA
14	III- APLICAÇÃO DE RESULTADOS
15	Contas anuais
16	BALANÇO
18	CONTA DE GANHOS E PERDAS
19	ANEXO
29	INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (anexo 1)
30	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (anexo2)
30	TERRENOS E EDIFÍCIOS (anexo3)
30	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (EXCEPTO TÍTULOS) (anexo 4)
31	DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES) (anexo 5)
31	DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS (anexo 6)
31	DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS (anexo 7)
33	Certificação legal das contas e relatório e parecer fiscal único

RELATÓRIO E CONTAS 2002



Órgãos sociais

Conselho de administração

Presidente

Rafael Galarraga Solores

Vice-presidente

Santiago Gayarre Bermejo

Secretário

Manuel João Marçal Estevão

Vogais

Agustin Bernal de la Cuesta
 Angel Alonso Batres
 António Manuel Cardoso Belo
 Bernabé Gordo Pin
 Esteban Pedrayes Larrauri
 Miguel Muñoz Medina

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Manuel João Marçal Estevão

Secretário

Esteban Pedrayes Larrauri

Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, SA

Comissão Executiva

Presidente

Santiago Gayarre Bermejo

Vice-presidente

Esteban Pedrayes Larrauri

Secretário

Agustin Bernal de la Cuesta

Vogais

Angel Alonso Batres
 Bernabé Gordo Pin

Órgãos de gestão interna

Administrador Delegado

Esteban Pedrayes Larrauri

Assessoria Jurídica

Pedro Ribeiro e Silva

Estudos Técnicos

Lurdes Póvoas

Administrativo e Financeiro

Vítor Reis

Informática

Pedro Valente
 José De Abreu

Organização Territorial

António Belo
 Manuel Alcântara

Recursos Humanos e Organização e Métodos

Ana Teresa Ramos

Sinistros

António Fernandes
 João Gama

Subscrição

José Armínio
 João Monteiro
 Ana Reis

Relatório de Gestão



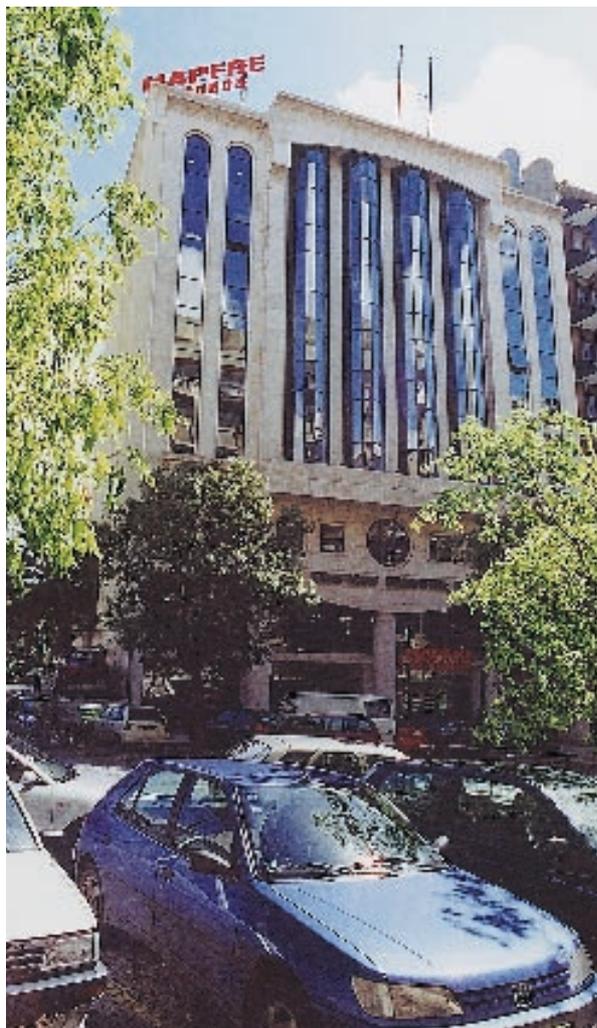
Relatório de Gestão ano 2002

I- Enquadramento económico

1. Conjuntura macroeconómica

Em Portugal, o ano de 2002 foi marcado pela entrada em circulação do EURO e por uma desaceleração generalizada da actividade económica.

Se, no caso da introdução do EURO, a transição decorreu de forma muito positiva, já a desaceleração da



actividade económica revelou-se mais acentuada que nos anos anteriores, traduzida por um crescimento do PIB compreendido entre 0 e 1%, de acordo com as previsões do Banco de Portugal em Dezembro de 2002.

Este clima de desaceleração económica, segundo vários analistas da especialidade, ficou associado a três realidades:

- abrandamento verificado a nível internacional, provocado em grande medida pelos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos
- diminuição da procura interna, como resultado do ajustamento no nível de endividamento verificado nos anos anteriores
- desequilíbrio das contas públicas portuguesas, que levou as entidades governamentais a enveredar por medidas restritivas ao nível dos gastos e do investimento, no sentido da contenção do déficit

No que diz respeito à taxa de desemprego, após alguns anos de estabilidade em torno dos 4%, ao longo do ano 2002, verificou-se uma tendência de aumento, que pode contribuir para adensar as expectativas negativas em relação ao clima económico.

Por seu lado, não obstante o corte verificado nas taxas de juro de referência, os mercados bolsistas tiveram, mais uma vez, uma evolução bastante negativa, como consequência, por um lado, do desempenho menos atraente das empresas cotadas e, por outro, do clima de incerteza que ainda paira sobre a evolução económica.

INDICADORES ECONÓMICOS			
CONCEITO	Porcentagem		
	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002*
<i>Varição do Produto Interno Bruto</i>	3,7	1,9	0 - 1
<i>Varição da Procura Interna</i>	3,1	1,0	(0,75) - (0,25)
<i>Varição Formação Bruta Capital Fixo</i>	4,8	(0,5)	(5) - (3)
<i>Déficit Público</i>	2,9	4,1	2,8
<i>Taxa de Desemprego</i>	4,0	4,1	5,1
<i>Taxa Juro Euribor a 3 meses</i>	4,9	3,3	2,9 **

Fonte: Banco de Portugal.

* Projecção ** taxa a 31/12/2002.

As perspectivas para o ano 2003, continuam a apontar para crescimentos bastante moderados, tendo em conta que estão previstas medidas de contenção orçamental, ao mesmo tempo que continua a incerteza quanto à retoma económica na zona Euro, cujo contributo para a evolução da economia portuguesa é reconhecidamente significativo.

2. Actividade seguradora

Numa conjuntura macro-económica deprimida, o sector segurador registava no final do ano 2002, ainda assim, um crescimento de 8,4% nos ramos não vida, percentagem esta que a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. conseguiu multiplicar por 2,7 vezes.

Por outro lado, viu o seu desempenho condicionado pelo agravamento das condições do mercado ressegurador e pela evolução negativa dos mercados de capitais, os quais se reflectiram fortemente nos resultados.

O efeito da má performance dos mercados de capitais foi particularmente gravoso, tendo em conta que se encontravam praticamente esgotadas as reservas de reavaliação regulamentar e que, às perdas geradas no próprio ano, houve que adicionar a imputação do diferimento das menos valias potenciais do ano anterior, o qual foi permitido durante três anos por regulamentação do Instituto de Seguros de Portugal.

Desta forma, ao contrário de anos anteriores, em que serviram para contrabalançar a exploração técnica pura negativa, nos últimos três anos, os resultados financeiros têm contribuído para agravar os resultados de exploração.

A MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., fruto de uma política de prudência nas suas aplicações financeiras, que se de-

talham mais adiante, manteve-se a coberto destes efeitos negativos, não tendo por isso sofrido qualquer erosão das suas reservas de reavaliação nem dos seus resultados.

No que se refere à sinistralidade, os dados disponíveis até ao final do terceiro trimestre apontam para uma taxa na ordem dos 70% que, embora constitua uma melhoria em relação ao ano anterior, continua a deixar transparecer desequilíbrios técnicos de exploração.

Como consequência destes indicadores, foi notória alguma instabilidade do mercado que continuou a assistir a processos de reestruturação em algumas seguradoras, tendo surgido, ao longo do ano e com alguma frequência, notícias de intenções vendedoras, acabando mesmo por se concretizar parte delas.



As perspectivas de futuro não parecem ser as mais optimistas, na medida em que, a par dos fracos crescimentos económicos projectados e recentemente revisados em baixa, se continuam a verificar pressões oriundas do mercado ressegurador, a sinistralidade geral parece não inverter a tendência, os mercados de capitais não dão mostras de recuperação e o Instituto de Seguros de Portugal impossibilitou, ao contrário do ano anterior, o diferimento das menos-valias ocorridas durante o exercício de 2002, o que, sem dúvida, hipotecará os resultados do exercício de 2003 e, provavelmente, do exercício seguinte.

II- Actividade da empresa

O ano de 2002 foi mais um ano de intensa actividade da MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., tendo por base três macro-objectivos, traçados no plano até 2004:

- Crescimento significativamente superior à média do sector
- Redução dos custos de exploração
- Obtenção de um rácio dos resultados de exploração sobre os capitais próprios de, no mínimo, duas vezes a taxa de referência Euribor

De destacar que toda a empresa se revelou empenhada na consecução destes macro-objectivos, delineando, em cada área, os programas específicos mais adequados que permitiram atingir amplamente tais objectivos.

De facto, num enquadramento tão desfavorável como o que se encontra caracterizado nos pontos anteriores, aprez-nos registar a boa performance geral da MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. que, ao longo do ano 2002, apresentou desempenhos excepcionais em comparação com o mercado, tanto ao nível do crescimento da carteira, como ao nível dos resultados de exploração.

Além disso, o ano 2002, segundo estudos publicados em diversas revistas, ficou marcado pelo reconhecimento externo deste desempenho, que se vem a verificar de há alguns anos a esta parte.

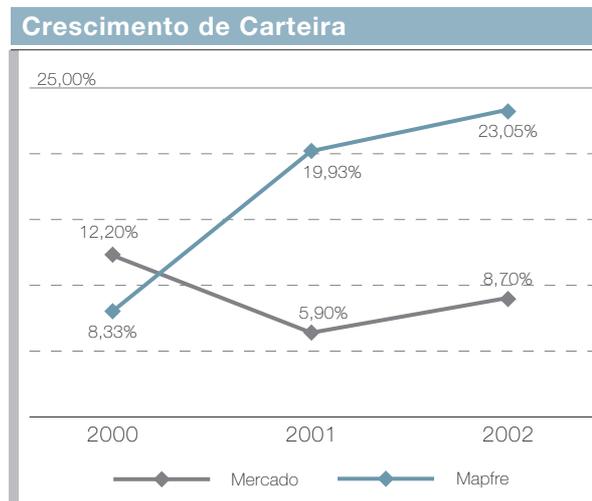


Em seguida, detalhamos os factos mais importantes observados no ano em apreço.

1. Dados de gestão

1.1. Prémios emitidos

Como reflexo do reforço da equipa comercial, iniciado durante o ano anterior e completado em 2002, a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., mais uma vez, atingiu um crescimento bastante superior ao do mercado segurador, conseguindo quase triplicá-lo, terminando o exercício com um incremento de 23% no volume de prémios, que atingiram 53.538.600,19 Euros.



Em relação ao ano anterior.

Como consequência do desenvolvimento de novas ferramentas de serviço aos clientes na área de Acidentes de Trabalho, a distribuição por ramos registou um incremento no peso deste ramo, terminando com 63% em Automóvel, 19% em Diversos e 18% em Acidentes de Trabalho.

O crescimento da carteira da MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., substancialmente mais elevado que o do mercado, teve como consequência um aumento da quota de mercado, evidenciado no quadro seguinte.

RAMOS	QUOTA DE MERCADO DA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.							
	Mapfre			Mercado Segurador			Quota Mapfre (%)	
	2001	2002	% var.	2001	2002	% var.	2001	2002
Automóveis.....	27,82	33,83	21,60	1.578,91	1.680,21	6,42	1,76	2,01
Diversos.....	8,12	9,88	21,67	708,53	803,86	13,46	1,15	1,23
Acid. Trab.	7,57	9,83	29,85	675,03	728,19	7,88	1,12	1,35
TOTAL.....	43,51	53,54	23,05	2.962,46	3.212,27	8,43	1,47	1,67

Produção em milhões de euros.

O número de apólices em vigor, sem contar com as apólices temporárias, foi também substancialmente aumentado, registando-se um crescimento líquido de 8.913 apólices, que permitiu atingir um total de 159.848 apólices.

1.2. Canais de distribuição

Ao longo do ano 2002, a rede de mediadores teve um crescimento importante, sendo constituída por 316 profissionais produtivos com carteiras superiores a 25.000 Euros, o que representa um incremento de 48% em relação ao ano anterior.

Abriram-se três novos escritórios de Agentes Delegados, em Abrantes, Mirandela e Montalegre.

O desenvolvimento da carteira directa continuou a ser bastante positivo, na medida em que acompanhou o forte crescimento verificado, mantendo praticamente a mesma representatividade do ano anterior, fixando-se em 13%.

1.3. Sinistralidade

Não obstante o significativo crescimento da carteira, a rigorosa selecção de riscos permitiu que a frequência de sinistros registasse um decréscimo, passando de 9,95%, no ano anterior, para 9,12%, no ano de 2002.

Por seu lado, a eficaz gestão de sinistros, permitiu atenuar o efeito do aumento da taxa de IVA em 2 pontos percentuais, verificado a partir do meio do ano, tendo-se conseguido conter o custo médio em 1.505,00 Euros, o que representa um incremento de apenas 4,6% em relação ao ano anterior.

Estes dois factores permitiram, mais uma vez, situar a sinistralidade num nível bastante bom de 56,4% dos prémios emitidos.

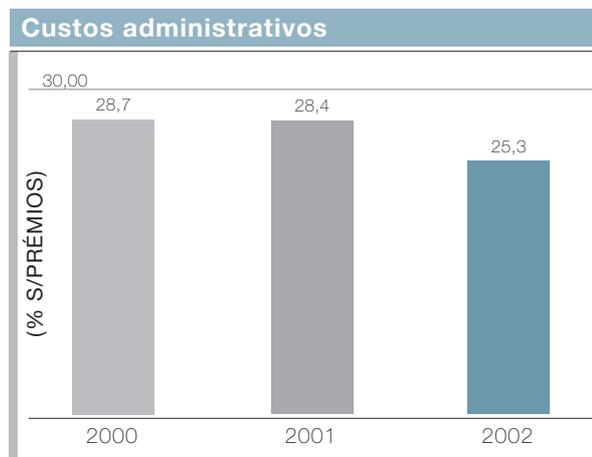
A evolução da sinistralidade foi a seguinte:

RAMOS	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
Automóvel.....	50,2%	54,0%	61,2%
Diversos.....	63,9%	35,7%	38,5%
Acidentes Trabalho.....	56,2%	64,9%	58,2%
Total.....	53,6%	52,5%	56,4%

1.4. Custos administrativos

Apesar da influência desfavorável do já referido aumento da taxa de IVA em dois pontos percentuais, foi possível, em 2002, através da implementação de uma férrea política de contenção, na sequência aliás do que vinha sendo levado a cabo nos anos anteriores, reduzir o pe-

so dos custos administrativos nos prémios emitidos em 3,1 pontos percentuais, situando-se agora em 25,3%.



DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS			
CONCEITO	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
<i>Custos com pessoal.....</i>	5,21	6,21	6,84
<i>% sobre os prémios.....</i>	14,36	14,27	12,77
<i>Fornecimentos e serviços</i>			
<i>externos.....</i>	4,24	5,08	5,57
<i>% sobre os prémios.....</i>	11,69	11,68	10,40
<i>Impostos e taxas.....</i>	0,74	0,84	0,99
<i>% sobre os prémios.....</i>	2,04	1,93	1,85
<i>Amortizações.....</i>	0,25	0,21	0,16
<i>% sobre os prémios.....</i>	0,69	0,48	0,30
<i>Outros custos.....</i>	-0,04	0,03	0,01
<i>% sobre os prémios.....</i>	-0,11	0,07	0,02
<i>Total de custos</i>			
<i>administrativos.....</i>	10,40	12,37	13,57
<i>% sobre os prémios.....</i>	28,67	28,43	25,34

Milhões de euros.

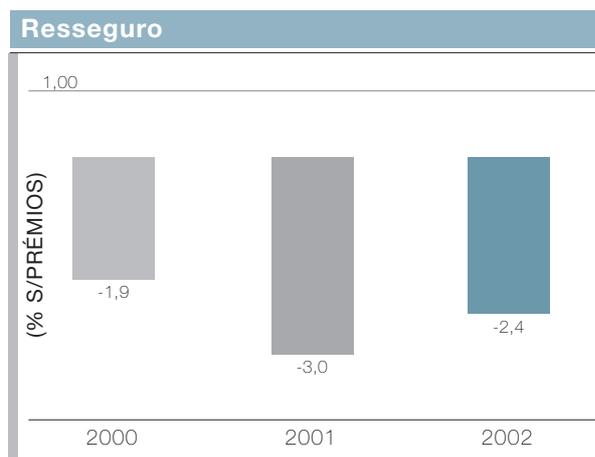
1.5. Custos de aquisição

O rácio dos custos de aquisição sobre os prémios foi de 10,0%, um pouco abaixo dos 10,4% registados no ano anterior, como consequência da criteriosa política de atribuição de comissões e do bom comportamento no nível da carteira directa.



1.6. Resseguro

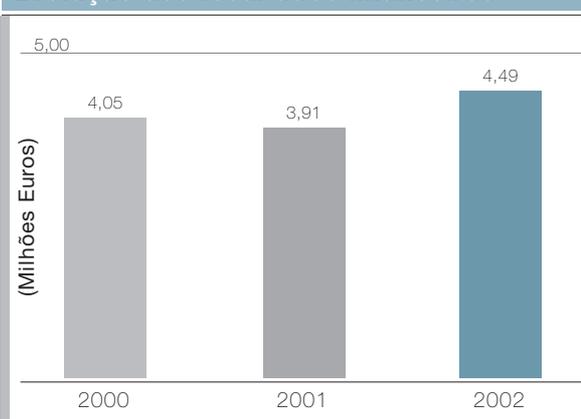
Apesar das condições adversas, desencadeadas pelos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, o comportamento da sinistralidade, nos últimos anos, permitiu a obtenção de condições menos gravosas do que seria suposto e foi possível reembolsar um sinistro de ponta, correspondente à carteira adquirida à AEGON, pelo que o resultado do resseguro acabou por apresentar uma melhoria de 0,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior, situando-se em -2,4% dos prémios emitidos.



1.7. Resultados financeiros

Embora os mercados de capitais tivessem tido um comportamento fortemente negativo, tal não teve influência nos resultados financeiros da MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., em função da já referida política de prudência, adoptada nas aplicações, que privilegia os activos de menor risco.

Evolução dos resultados financeiros



1.8. Resultados de exploração

Em resultado da aplicação dos programas estratégicos, consubstanciados na evolução das variáveis anteriores, os resultados de exploração atingiram a cifra de 6,51 milhões de Euros (12,2% dos prémios emitidos), representando um crescimento de 26,2% sobre o ano anterior.

Tendo em conta que os resultados financeiros representam 8,4% dos prémios emitidos, podemos concluir que o resultado técnico puro é de 3,8% da emissão, facto que destaca a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. no mercado segurador.

A amortização por compra das carteiras das agências da Mapfre Seguros Generales e da Aegon, ascende a 2,76 milhões de Euros, resultando assim um resultado

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS						
CONCEITO	Ano 2000		Ano 2001		Ano 2002	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<i>Títulos rendimento fixo</i>	38,48	47,94	41,24	48,92	41,15	44,04
<i>Títulos rend. variável</i>	6,94	8,65	6,39	7,58	6,15	6,58
<i>Imóveis</i>	17,76	22,13	18,55	22,00	20,28	21,71
<i>Empréstimos</i>	0,16	0,20	0,18	0,21	0,27	0,29
<i>Depósitos bancários</i>	16,93	21,08	17,94	21,29	25,58	27,38
Total	80,27	100,00	84,30	100,00	93,43	100,00

Milhões de Euros.

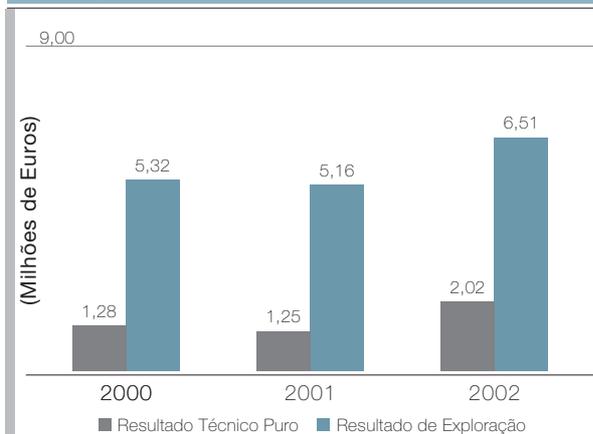
Por outro lado, não obstante a descida generalizada das taxas de juro, o bom comportamento das cobranças, que se detalha no ponto 1.10, e o trabalho levado a cabo, de forma a obter a máxima eficiência nos investimentos, resultaram num crescimento dos resultados financeiros de 15% em relação ao ano anterior, tendo atingido o valor de 4,49 milhões de Euros.

líquido antes de impostos de 3,75 milhões de Euros, equivalente a 7,0 % dos prémios emitidos.

RESULTADOS			
CONCEITO	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
<i>Resultado técnico puro</i>	1,28	1,25	2,02
<i>Resultado de exploração</i>	5,32	5,16	6,51

Milhões de Euros.

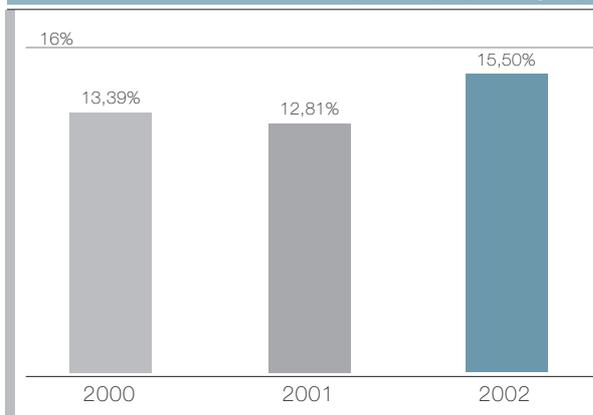
Evolução dos resultados



1.9. Rendibilidades

Quando analisados em relação aos fundos próprios, os resultados de exploração (antes de amortização por compra de carteiras e de impostos) revelam uma rentabilidade de 15,50%, superando amplamente e pelo terceiro ano consecutivo os objectivos traçados.

Rendibilidade Fundos Próprios (exploração)



Além da evolução da rentabilidade dos fundos próprios, também a evolução da rentabilidade das vendas e da rentabilidade do activo, indica que o crescimento experimentado pela empresa tem sido levado a cabo de forma eficiente e sustentada, garantindo uma rentabilidade estável.

1.10. Cobranças

No ano de 2002, foi notória a eficiência do sistema de cobranças por transferência bancária, cujo processo havia sido melhorado no ano anterior e através do qual são já cobradas 44% das apólices. Em paralelo, foi levado a cabo um trabalho bastante exaustivo de controle dos recibos pendentes, por parte da Organização Territorial.

A conjugação destes dois factores tornou o ano 2002 bastante positivo ao nível das cobranças, como demonstram a descida do rácio de pendentes e as diminuições do prazo médio de cobrança e da provisão para recibos por cobrar.

INDICADORES DE COBRANÇAS			
CONCEITO	Ano 2000	Ano 2001*	Ano 2002
<i>Prémios por cobrar / prémios emitidos.....</i>	14%	16%	12%
<i>Prazo médio cobrança (dias)</i>	57	31	21
<i>Provisão recibos por cobrar / Prémios por cobrar.....</i>	22%	25%	22%

* Durante o ano 2001, foi alterada a lei de cobranças, passando o prazo legal para pagamento de 60 para 30 dias

1.11. Provisões técnicas

A representação das provisões técnicas encontra-se legalmente constituída e é composta maioritariamente por activos de rendimento fixo. A taxa de cobertura manteve-se estável num nível bastante confortável, fixando-se em 1,456.

COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS			
CONCEITO	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
<i>Cobertura das provisões técnicas.....</i>	1,546	1,456	1,456

1.12. Solvência

Fruto da política de capitalização que tem sido opção dos accionistas e da política de prudência na

RÁCIOS DE RENDIBILIDADE			
CONCEITO	Percentagem		
	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
<i>Resultado técnico puro / Prémios emitidos</i>	3,53	2,87	3,77
<i>Resultado exploração* / Prémios emitidos.....</i>	14,66	11,86	12,16
<i>Resultado líquido / Prémios emitidos.....</i>	3,75	2,87	4,26
<i>Resultado exploração* / Fundos próprios.....</i>	13,39	12,81	15,50
<i>Resultado líquido / Fundos próprios.....</i>	3,42	3,10	5,43
<i>Resultado exploração* / Activo líquido.....</i>	5,34	4,74	5,65
<i>Resultado líquido / Activo líquido.....</i>	1,36	1,15	1,98

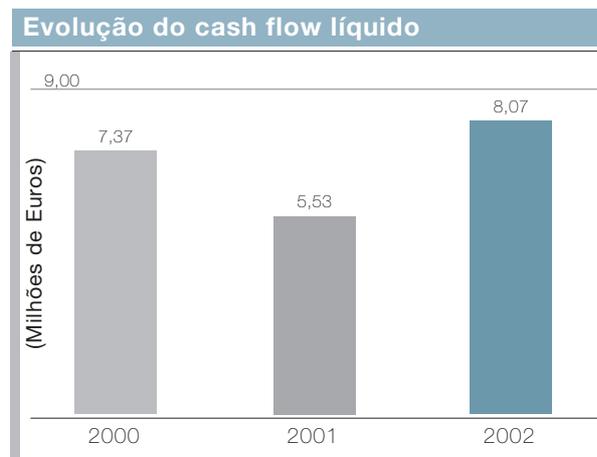
* Antes de amortização por compra de carteiras e impostos.

constituição das provisões técnicas, a margem de solvência manteve-se a um nível bastante elevado, concretamente em 548,6%, assim como o rácio de suficiência de capitalização, constituído pelos fundos próprios mais as provisões técnicas em relação aos prémios emitidos, que se situou em 1,91, suportando de forma confortável o acentuado crescimento verificado nos últimos anos e revelando-se capaz de permitir crescimentos futuros de forma sustentada.

RÁCIOS DE SOLVÊNCIA			
CONCEITO	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
Margem de solvência (%)	625,30	571,60	548,60
Suficiência de capitalização.....	2,48	2,22	1,91

1.13. Cash Flow Líquido

O cash flow líquido no ano 2002 foi de 8,07 milhões de euros, revelando a boa capacidade de geração de fundos e traduzindo, especialmente, a significativa melhoria das cobranças.



1.14. Recursos Humanos

O quadro de pessoal a 31/12/2002 era constituído por 227 pessoas, o que significou um aumento de 8 efectivos em relação ao ano anterior, dos quais 5 se destinaram à área comercial de rede de agentes que assim passou de 55 pessoas em 2001 para 60 em 2002, como complemento do processo de reforço iniciado o ano anterior de forma a fazer face ao esforço de crescimento.

Assim, os empregados da área comercial continuaram a representar 45% do total do quadro de colaboradores.

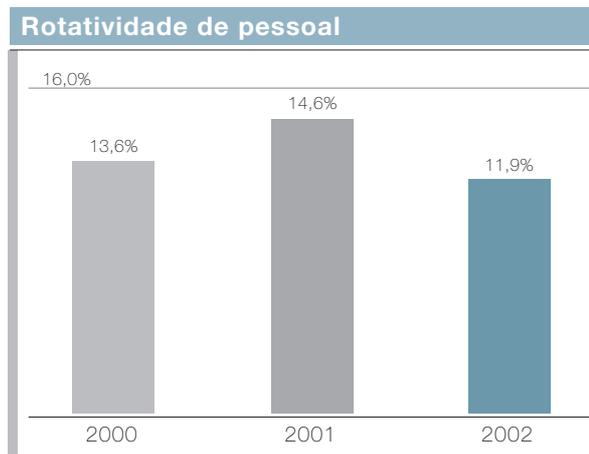
PESSOAL			
CONCEITO	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
<i>Comerciais de atendimento</i>			
ao público	37	43	41
% sobre total empregados..	19%	20%	18%
<i>Comerciais de rede</i>			
de agentes	42	55	60
% sobre total empregados..	21%	25%	26%
Total pessoal comercial	79	98	101
% sobre total empregados..	40%	45%	45%

A aposta no reforço da área comercial voltou a reflectir-se no crescimento da carteira, facto que, em paralelo com o desenvolvimento de novos métodos, permitiu aumentar significativamente a produtividade.

PRODUTIVIDADE			
CONCEITO	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
<i>Prémios por empregado</i>			
(milhares de Euros).....	183	199	236
<i>Apólices por empregado (nº.)...</i>	603	689	704

Tal como no ano anterior, a juventude do quadro de colaboradores revelou-se como característica de destaque, situando-se a média de idades em 33 anos.

Apesar do enquadramento económico dos últimos anos, ao longo dos quais a taxa de desemprego tem sido bastante baixa, potenciando por isso a rotatividade, a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., conseguiu reduzir em 2002 esse rácio para 11,9%.



Consciente que um dos factores chave do sucesso está na qualificação dos colaboradores, desde há alguns anos, a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., tem vindo a proporcionar a todos os colaboradores a participação

nas mais diversas acções de formação, quer internamente, através do próprio Serviço de Formação, quer externamente, através de acções especializadas.

No ano 2002 foi dada continuidade a essa aposta, tendo sido proporcionadas, em média, 23 horas de formação por empregado, quer de índole técnica como comportamental, de entre as quais se destacam:

- acções de *coaching* e programas de direcção de empresas (PADE e PDE), nos quais estiveram envolvidos os quadros directivos
- participação de colaboradores com potencial directo em programas de pós-graduação e no "Projecto Horizonte", programa especialmente desenhado para este tipo de colaboradores pelo Centro Internacional de Formação de Directivos Mapfre

2. Factos relevantes

No ano de 2002, a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. viu reconhecido o seu desempenho através de referências de entidades externas, tendo sido nomeada em posição de destaque em diferentes vertentes.

Com efeito, em Setembro, num estudo do *Great Place to Work Institute*, publicado na revista *Exame*, o qual es-



tabeleceu uma classificação das empresas portuguesas com base na opinião anónima dos seus empregados, a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. surgiu como a melhor empresa de seguros e a décima terceira melhor empresa do país, evidenciando, assim, que a relação entre o bom clima laboral e o êxito empresarial é óbvia.

Também este ano, a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., em termos de capitais próprios, foi distinguida com a 8ª. posição do sector segurador e o 27º. lugar entre todas as entidades financeiras do país.

Ainda no ano 2002, foi nomeada como a melhor seguradora em resultados técnicos do ano 2001, quer em valor absoluto como em percentagem sobre a emissão, facto tanto mais relevante se atendermos que a quota de mercado da MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., no período em análise, se situava muito próximo de 1,47 %.

Por outro lado, para conseguir atingir os objectivos a que se propõe, para melhorar o seu nível de performance e para se preparar para os desafios do futuro, a empresa continuou, em 2002, a desenvolver algumas acções relevantes:

- criou e desenvolveu o software *efic@z* para gestão e administração da carteira directa
- disponibilizou serviços exclusivos aos seus clientes, internos e externos, através da ampliação do site *multiservicos.mapfre.pt* às empresas - *empresas.mapfre.pt* - e aos mediadores - *mediadores.mapfre.pt*

Tomaram-se também realidade algumas iniciativas tendentes a criar uma relação de verdadeira parceria com os clientes, sejam eles internos ou externos:

- dado que já tinha sido efectuado, nos anos anteriores, um grande investimento na plataforma informática central, a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. resolveu renovar completamente, em 2002, o parque de computadores pessoais, adquirindo equipamentos de última geração, com o intuito de otimizar rendimentos e facilitar o mais possível as tarefas dos empregados (clientes internos)
- a revista *MSG*, com uma tiragem aproximada de 70.000 exemplares, contou com a introdução de no-

vos temas e rubricas e afirmou-se como um veículo de comunicação bidireccional com os clientes

Caución y Crédito e a Fundación Cultural Mapfre foi bastante destacada pelo agrado que causou no públi-



- foi produzido um DVD institucional de apresentação da empresa
- procedeu-se à reformulação da imagem das condições gerais de alguns ramos, de forma a adequá-la à imagem corporativa adoptada no ano anterior

co o stand inovador, especialmente concebido para o evento, destinado a marcar uma imagem de conforto e segurança.



A sociedade também tomou parte em eventos relevantes, patrocinando o Congresso de Direito de Seguros e marcando presença no Mundo Seguro 2002, primeiro certame organizado pela Associação Portuguesa de Seguradores, com o objectivo de acercar a actividade seguradora do público em geral. Esta presença, em conjunto com a Mapfre Vida, a Mapfre

3. Perspectivas de futuro

Para o ano 2003, a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. prevê continuar a desenvolver o plano plurianual, assente em crescimentos significativos, na redução dos gastos de exploração e na manutenção dos resultados de exploração a um nível capaz de garantir uma boa remuneração dos capitais próprios.

Nesse sentido, projecta-se um crescimento de prémios da ordem dos 18,5 %, o que significa um volume de 63,47 milhões de Euros.

No que respeita aos gastos de exploração, prevê-se um crescimento bastante moderado, de forma a conseguir uma redução de dois pontos percentuais sobre os prémios emitidos.

Por outro lado, continuará a ser levada a cabo uma política de subscrição prudente e uma gestão de sinistros eficaz que, em conjunto com o crescimento e a redução de gastos possa garantir a obtenção de um bom nível de resultados.

No domínio da gestão de sinistros, de forma a garantir a eficácia pretendida, continuarão a ser dados passos significativos no sentido de aumentar a eficiência, através do desenvolvimento de novos métodos de trabalho, da automatização de tarefas e do aproveitamento da nova política com fornecedores de serviços.

Continuará, também, a ser feita uma aposta significativa na *Internet*, como ferramenta de melhoria de processos e fluxos e como meio de relacionamento entre os diversos intervenientes: clientes, sinistrados, mediadores, fornecedores e empregados.



4. Agradecimentos

Terminado mais um ano de actividade, queremos agradecer, muito sinceramente, a todos os clientes, a confiança depositada na MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. e comprometemo-nos, desde já, a continuar a oferecer-lhes um serviço de excelência.

Queremos, também, expressar um agradecimento muito especial a todos os empregados da MAPFRE SEGU-



ROS GERAIS S.A. que, junto com os agentes delegados e exclusivos, são os autênticos protagonistas da construção desta ambiciosa Companhia.

Agradecemos, ainda, a todos quantos contribuíram, ao longo do ano, de forma directa ou indirecta, para a o sucesso desta empresa, nomeadamente:

- Instituto de Seguros de Portugal
- Associação Portuguesa de Seguradores
- Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único
- Resseguradores
- Profissionais da mediação e corretagem
- Fornecedores Mapfre

III- Aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício, no montante de 2.279.536,60 Euros propomos a seguinte aplicação:

Resultados transitados	531.688,41 Euros
Reserva legal	174.784,82 Euros
Reserva livre	1.573.063,37 Euros

Contas anuais



Balanço

C E E		ACTIVO	EXERCÍCIO			Exercício anterior
			Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
B	25+272+275	Imobilizações incorpóreas	14.336.178	12.282.377	2.053.802	4.872.617
C		Investimentos				
I		Terrenos e edifícios	20.277.785		20.277.785	18.577.126
	20xx00+22000+22100+2300	De serviço próprio	17.891.877		17.891.877	16.457.679
	20xx01+22001+22101+2301	De rendimento	2.385.908		2.385.908	2.119.447
	270+273	Imobilizações em curso e adiantamentos por conta			0	
II		Investimentos em empresas do grupo e associadas	0		0	0
1	20xx10+22010+22110+2310	Partes de capital em empresas do grupo			0	
2	20xx11+22011+22111+2311	Obrigações e outros empréstimos a emp. do grupo			0	
3	20xx12+22012+22112+2312	Partes de capital em empresas associadas			0	
4	20xx13+22013+22113+2313	Obrigações e outros empréstimos a emp. associadas			0	
III		Outros investimentos financeiros	59.312.405		59.312.405	62.221.740
1	20xx20+22020+22120+2320	Acções, outros títulos de rendim. variável e unidades de participação em fundos de investimento	6.146.679		6.146.679	6.391.578
2	20xx21+22021+22121+2321	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	41.145.376		41.145.376	41.244.837
4	20xx22+22022+22122+2322	Empréstimos hipotecários			0	
5	20xx23+22023+22123+2323	Outros empréstimos	270.350		270.350	180.437
6	20xx24+22024+22124+2324	Depósitos em instituições de crédito	11.750.000		11.750.000	14.404.888
8	20xx25/6+22025/6+22125/6+2325/6	Outros			0	
IV	24	Depósitos junto de empresas cedentes			0	
D	21	Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0	
D-A		Provisões técnicas de resseguro cedido	5.319.994		5.319.994	3.911.494
1	3500+3510	Provisão para prémios não adquiridos	1.884.275		1.884.275	1.666.438
2	3400+3410	Provisão matemática do ramo vida			0	
3	3401+3411+3501+3511	Provisão para sinistros	3.435.719		3.435.719	2.245.056
4	3402+3412+3502+3512	Provisão para participação nos resultados			0	
5	3503+3513	Outras provisões técnicas			0	
6	3403+3413	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0	
E		Devedores	12.369.617	1.784.683	10.584.934	11.892.134
I		Por operações de seguro directo				
	400+410+420+4700	Empresas do grupo			0	
	401/2+411/2+421/2+4701/2	Empresas participadas e participantes			0	
	403+413+423+4703	Outros devedores	10.420.037	1.612.283	8.807.754	9.810.748
II		Por operações de resseguro				
	430+440	Empresas do grupo			0	
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes			0	
	433+443	Outros devedores	71.933		71.933	157.237
III		Por outras operações				
	4730	Empresas do grupo			0	
	4731+4732	Empresas participadas e participantes			0	
	46+4733+474+475	Outros devedores	1.877.646	172.399	1.705.247	1.924.149
IV	472	Subscritores de capital			0	
F		Outros elementos do activo	19.845.485	4.041.847	15.803.639	5.672.637
I	26+271+274	Imobilizações corpóreas e existências	6.013.129	4.041.847	1.971.282	2.136.527
II	50+51	Depósitos bancários e caixa	13.832.356		13.832.356	3.536.110
IV	28	Outros			0	
G		Acréscimos e diferimentos	1.833.731		1.833.731	1.757.794
I	4800	Juros a receber	1.773.228		1.773.228	1.757.794
II-III	4801+4802+481	Outros acréscimos e diferimentos	60.503		60.503	
TOTAL DO ACTIVO			133.295.195	18.108.906	115.186.289	108.905.542

Valores em euros.

CEE		PASSIVO	Exercício	Exercício anterior
A		Capital próprio	44.294.187	41.545.799
I	10	Capital	33.108.650	33.108.650
II	11	Prémios de emissão	2.979.548	2.979.548
III		Reservas de reavaliação		
	12000	Reavaliação regulamentar	3.790.939	2.790.399
	12001+1201	Reavaliação legal		
IV		Reservas		
	121	Reserva legal	290.544	165.907
	122	Reserva estatutária		
	123	Outras reservas	2.376.657	1.254.916
V	19	Resultados transitados	-531.688	
VI	88	Resultado do exercício	2.279.537	1.246.380
B	14	Passivos subordinados		
B-A	16	Fundo para dotações futuras		
C		Provisões técnicas	57.991.500	54.991.541
1	310+330	Provisão para prémios não adquiridos	16.133.683	14.479.626
2	300+320	Provisão matemática do ramo vida		
3		Provisão para sinistros		
	301+321	De vida		
	3110+3310	De acidentes de trabalho	11.597.667	9.881.411
	3111+3311	De outros ramos	30.034.975	30.294.863
4	302+312+322+332	Provisão para participação nos resultados		
5	313+333	Provisão para desvios de sinistralidade	125.275	102.726
6	314+334	Outras provisões técnicas	99.899	232.915
D	303+323	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		
E		Provisões para outros riscos e encargos	223.384	219.653
1	4920+4921	Provisões para pensões		
2	4922	Provisões para impostos	223.384	219.653
3	4923	Outras provisões		
F	45	Depósitos recebidos de resseguradores	1.739.911	1.560.602
G		Credores	8.890.123	8.985.401
I		Por operações de seguro directo		
	400+410+420	Empresas do grupo		
	401+402+411+412+421+422	Empresas participadas e participantes		
	403+413+423	Outros credores	3.644.767	4.443.828
II		Por operações de resseguro		
	430+440	Empresas do grupo		
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes		
	433+443	Outros credores	734.355	644.832
IV		Empréstimos bancários		
	4710	De empresas do grupo		
	4711+4712	De empresas participadas e participantes		
	4713	Outros credores	4.344.118	3.665.213
V	46	Estado e outros entes públicos		
V		Credores diversos		
	4730	Empresas do grupo		
	4731+4732	Empresas participadas e participantes		
	4733+474+475	Outros credores	166.882	231.528
H	482+483	Acréscimos e diferimentos	2.047.185	1.602.546
TOTAL DO PASSIVO			115.186.289	108.905.542

Valores em euros.

Conta de ganhos e perdas

C E E	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO ANTERIOR	
I	Conta técnica do seguro não vida				
1	Prémios adquiridos líquidos de resseguro				
a)	701+703 Prémios brutos emitidos	53.538.600		43.505.213	
b)	711+713 Prémios de resseguro cedido	-6.700.954	46.837.646	-5.616.185	37.889.028
c)	6110+6130 Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-2.067.575		-2.174.334	
d)	61500+61510 Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	217.837	-1.849.738	517.667	-1.656.667
	Proveitos dos investimentos				
	Rendimentos de partes de capital				
	742010+742110 Relativos a empresas do grupo		0		0
	742020+742120 Outros				
	Rendimentos de outros investimentos				
	742011/2+742111/2 Relativos a empresas do grupo				
	74200+742021/2+74203+74210+742121/2+74213	4.622.984	4.622.984	4.028.730	4.028.730
	752+7541+7552 Outros				
	Ganhos realizados em investimentos		368.000		34.901
	Mais-valias não realizadas de investimentos				2.991.545
3	7901 Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro				668
	Proveitos técnicos				52.971.105
4	Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
a)	Montantes pagos				
aa)	6010+6030 Montantes brutos	34.077.552		26.230.775	
bb)	60500+60510 Parte dos resseguradores	-2.571.140	31.506.412	-2.165.817	24.064.958
b)	Provisão para sinistros (variação)				
aa)	6011+6031 Montante bruto	1.456.368		929.233	
bb)	60501+60511 Parte dos resseguradores	-1.190.664	265.704	-203.072	726.161
5	6112/3+6132/3-61501-61511 Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		-133.016		-892.447
6	621+623-625 Participação nos resultados, líquida de resseguro				
7	Custos de exploração líquidos				
a)	6301+6303 Custos de aquisição		10.716.515		9.676.847
b)	6311+6313 Custos de aquisição diferidos (variação)		-413.517		-434.878
c)	6321+6323 Custos administrativos		2.994.387		2.911.024
d)	721+723 Comissões e participação nos resultados de resseguro		-1.523.957		-1.461.260
	Custos com investimentos				
	641 Custos de gestão dos investimentos		219.392		109.099
	652+6541+6552 Perdas realizadas em investimentos		467.461		686.853
	662 Menos-valias não realizadas de investimentos				1.991.005
8	6901 Outros custos técnicos, líquidos de resseguro				
9	6111+6131 Provisão para desvios de sinistralidade (variação)				22.549
	Custos técnicos				46.112.936
10	801 Resultado da conta técnica do seguro não vida				6.858.170

C E E	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO ANTERIOR	
III	Conta não técnica				
1	801 Resultado da conta técnica do seguro não vida		6.858.170		5.950.084
2	800 Resultado da conta técnica do seguro de vida				
	Resultado da conta técnica		6.858.170		5.950.084
3	Proveitos dos investimentos				
a)	Rendimentos de partes de capital				
	74310 Relativos a empresas do grupo		0		0
	74320 Outros				
b)	Rendimentos de outros investimentos				
	74311/2 Relativos a empresas do grupo		0		0
	7430+74321/2+7433 Outros				
d)	753+7542+7553 Ganhos realizados em investimentos		0		0
3A	763 Mais-valias não realizadas de investimentos				
7	7911+7912 Outros proveitos		120.493		41.010
	Proveitos não técnicos		120.493		41.010
5	Custos com investimentos				
a)	642 Custos de gestão de investimentos	2.759.220		2.503.074	
c)	653+6542+6553 Perdas realizadas em investimentos		2.759.220		2.503.074
5A	663 Menos-valias não realizadas de investimentos				
8	6911+6912+6913 Outros custos, incluindo provisões		-385.654		507.254
	Custos não técnicos		2.373.566		3.010.328
10	82 Resultado da actividade corrente		4.605.097		2.980.766
11	7910 Proveitos e ganhos extraordinários		379.940		339.172
12	6910 Custos e perdas extraordinários		230.489		170.757
13	83 Resultado extraordinário		149.451		168.415
	84 Dotação ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar		-1.000.540		-565.634
	85 Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos				
	86 Resultado antes de impostos		3.754.008		2.583.547
14	87 Imposto sobre o rendimento do exercício		1.474.472		1.337.168
16	88 Resultado líquido do exercício		2.279.537		1.246.379

Anexo

ANEXO REFERENTE ÀS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2002 da MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., constituída por escritura em 30 de Dezembro de 1997, resultando da alteração do objecto social da sociedade IMOCASCAIS-GESTÃO MOBILIÁRIA E IMOBILIÁRIA, LDA., da sua transformação de sociedade por quotas a sociedade anónima, de um aumento de capital social e cessão de quotas. Foi considerada constituída formalmente como sociedade anónima de seguros, conforme Norma N. 2/98-A do ISP.

A MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., iniciou a sua actividade como sociedade anónima de seguros, em 1 de Abril de 1998, recebendo a carteira da Agência Geral em Portugal da MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A., conforme escritura de 31 de Março de 1998.

1 – Não aplicável.

2 – Não aplicável.

3 – As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros e normas específicas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Assim, foram preparadas segundo convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos Investimentos), e na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos e métodos de cálculo para as correcções de valor utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas de forma a que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	ANOS	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	ANOS
<i>Equipamento Administrativo</i>	4 A 10	<i>Despesas de Constituição e Instalação</i>	3
<i>Máquinas e Ferramentas</i>	5 A 10	<i>Trespases</i>	5
<i>Equipamento Informático</i>	3 A 5	<i>Despesas em Edifícios Arrendados</i>	3
<i>Equipamento de Transporte</i>	4		
<i>Outras Imobilizações Corpóreas</i>	4 A 8		

b) Investimentos

Os investimentos estão valorizados de acordo com o princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimento fixo. Entende-se como valor actual, o valor de mercado.

- 1) Imóveis - Estão valorizados ao valor de mercado apurado à data das avaliações efectuadas por peritos avaliadores reconhecidos pelo ISP. Os Imóveis são parcialmente ocupados pela Companhia e não são amortizados.
- 2) Títulos de Rendimento Variável – Se cotados nos últimos 90 dias, são valorizados de acordo com essa cotação. Se não cotados, são valorizados de acordo com os seguintes critérios:
 - Acções: no máximo, ao valor que proporcionalmente lhes corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado;
 - Unidades de participação em fundos de investimentos: ao valor patrimonial à data do balanço;
 - Títulos de participação: ao valor nominal.

O aumento ou diminuição do valor dos investimentos, referidos em b.1) e b.2), resultantes da sua actualização para o valor de mercado é contabilizado na Conta de Ganhos e Perdas nas rubricas de mais e menos valias não realizadas de investimentos. Conforme Norma do ISP, este efeito foi compensado com a constituição e utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar.

- 3) Títulos de Rendimento Fixo - ao valor de aquisição ajustado de forma escalonada e de modo uniforme, com base no respectivo valor de reembolso e considerando o efeito da taxa interna de rentabilidade.

c) Provisão para Prémios não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes, apurada de acordo com o método “*pro rata temporis*”.

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. A provisão constante do Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na percentagem de 20% do montante dos prémios diferidos, por cada um dos ramos.

d) Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde I) ao valor das responsabilidades estimadas por sinistros pendentes de liquidação; II) à estimativa para as responsabilidades provenientes de sinistros ocorridos mas não declarados à data do Balanço, calculada em função de métodos estatísticos; III) à estimativa baseada em métodos estatísticos para os sinistros já comunicados mas não regularizados; IV) ao valor actual das pensões, homologadas, conciliadas, definidas ou meramente presumíveis a pagar no âmbito das operações de seguro de acidentes de trabalho, calculadas com as bases técnicas mencionadas no Ponto 38 deste Anexo, conforme o ponto 3 do Capítulo I da Norma 15/2000-R.

e) Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada, nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, esta provisão foi constituída para os riscos de fenómenos sísmicos.

f) Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos a contratos em vigor de seguros não vida. O cálculo desta provisão foi efectuado de acordo com a Norma 12/2000-R.

g) Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

h) Provisão para Recibos por Cobrar

A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R.

i) Provisão para Créditos de Cobrança Duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir ao seu valor provável de realização, os saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar.

j) Responsabilidade com Pensões de Reforma

A Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos seus empregados, nos termos definidos no Contrato Colectivo de Trabalho da actividade seguradora em Portugal – vidé Ponto 19 deste Anexo.

l) Provisão para Riscos e Encargos - Impostos

Esta provisão destina-se a fazer face a uma contingência fiscal em sede de IVA, por via de uma notificação recebida da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adi-

cional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respectivos juros compensatórios, no montante de EUR 1.119.896,89.

A Companhia procedeu em 1998 a uma liquidação por conta destas responsabilidades, no montante de EUR 218.657,71, e ajustou em 2002 a provisão registada nas suas contas, para o montante de EUR 223.383,56, com base no estudo de actualização preparado pelos seus consultores fiscais. De acordo com estes consultores, são remotas as possibilidades de virem a ser imputadas à Companhia outras responsabilidades para além das provisionadas.

4 – Não aplicável.

5 – Não aplicável.

6 – Não aplicável.

7 – O número médio de trabalhadores ao serviço da empresa no exercício de 2002, foi de 227, distribuído pelas seguintes categorias profissionais:

COMUNS	N.º	TÉC-ADMINIST	N.º	COMERCIAIS	N.º	INFORMÁTICA	N.º
<i>Director Geral</i>	1						
<i>Director Coordenador</i>	4						
<i>Director Serviços</i>	5						
		<i>Chefe de Serviços</i>	6	<i>Coordenador Geral</i>		<i>Chefe de Centro</i>	1
		<i>Chefe Serviços Formação</i>	1	<i>de Serviços Comerciais</i>	7	<i>Chefe de Análise</i>	1
		<i>Técnico Análise Riscos</i>	1				
						<i>Analista Sénior</i>	1
		<i>Chefe de Secção</i>	8	<i>Coordenador Zona</i>	1	<i>Analista Programador</i>	2
		<i>Perito Chefe</i>	1	<i>Gerente Delegação</i>	14	<i>Chefe de Operações</i>	2
						<i>Programador Sénior</i>	1
		<i>Subchefe Secção</i>	16	<i>Assistente Comercial</i>	6	<i>Programador</i>	4
		<i>Perito Subchefe</i>	2	<i>Gerente Delegação</i>	2		
		<i>Escriturário</i>	21	<i>Técnico Comercial</i>	12		
		<i>Perito</i>	4				
		<i>Regularizador Sinistros</i>	4				
		<i>Escriturário</i>	49	<i>Técnico Comercial</i>	14	<i>Escriturário</i>	
		<i>Perito</i>	3				
		<i>Escriturário Estagiário</i>	27	<i>Estagiário Comercial</i>	3		

Na categoria de Manutenção e Assistência, existem 3 trabalhadores.

8 – Montante dos custos com pessoal referentes ao exercício, assim discriminados:

CONTAS	RUBRICAS	VALORES
	<i>Remunerações</i>	
6800	<i>- Dos órgãos sociais</i>	151.810,45
6801	<i>- Do pessoal</i>	4.810.175,68
6802	<i>Encargos sobre remunerações</i>	1.070.654,43
	<i>Custos com pensões</i>	
6803	<i>- Pensões e respectivos encargos</i>	45.750,04
6804	<i>- Prémios e contribuições para pensões</i>	49.369,95

Em euros.

9 – Não aplicável.

10 – As Imobilizações Incorpóreas incluem essencialmente o seguinte:

- Despesas de Constituição (Transformação) da Empresa
- Despesas de Aumento de Capital
- Valor dos Trespases da Carteira de Seguros da Agência Geral em Portugal da MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS e da Carteira de Seguros da Sucursal em Portugal da AEGON UNIÓN ASEGURADORA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS.
- Obras num Imóvel Arrendado, localizado na Cidade do Porto

11 – Não aplicável.

12 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa inscrito na rubrica Outros Credores:

- Por cheques sem provisão de segurados, o montante de EUR 12.755,28;
- Por cheques sem provisão e prestações de contas sem fundos de mediadores, o montante de EUR 66.505,56;
- Por dívidas de segurados, o montante de EUR 1.324,34;
- Por outros devedores diversos, o montante de EUR 91.814,24;

Está constituída a respectiva provisão para créditos de cobrança duvidosa no valor de EUR 172.399,42.

13 – Não aplicável.

14 – O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2002, é de EUR 33.108.650 dividido em 6.635.000 acções, no valor nominal de EUR 4,99 cada uma, repartido da seguinte forma:

ENTIDADE ACCIONISTA	N.º DE ACÇÕES	VALOR
MAPFRE GUANARTEME COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS DE CANARIAS, S.A.	20	99,80
MAPFRE CAUCION y CREDITO, COMPAÑIA INTERNACIONAL DE SEGUROS y REASEGUROS, S.A.	20	99,80
MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	1.658.817	8.277.496,83
MAPFRE INDUSTRIAL SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS, S.A.	20	99,80
MAPFRE AUTOMOVILES RIESGOS ESPECIALES, S.A.	4.976.123	24.830.853,77
TOTAL	6.635.000	33.108.650,00

15 – Não aplicável.

16 – Não aplicável.

17 – À excepção da provisão para sinistros que poderá ter uma duração residual superior a cinco anos, tendo em conta as características desta provisão, não existem valores a pagar com exigibilidade para além dos cinco anos.

18 – Não aplicável.

19 – O financiamento das responsabilidades assumidas pela MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., com planos de pensões relativos aos seus trabalhadores encontra-se assumido através de um contrato de seguro, contratado com a MAPFRE VIDA, S.A., com sede em Espanha. O valor das responsabilidades com serviços passados, a 31 de Dezembro de 2002, é de EUR 232.704,47, em cumprimento da Norma 14/98-R.

20 – Não existem à data de 31 de Dezembro de 2002 impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação.

Demonstração da carga fiscal, referente aos três últimos exercícios:

EXERCÍCIO	CARGA FISCAL IMPUTÁVEL	VALORES PAGOS	VALORES A PAGAR
2000	1.539.728,38	1.539.728,38	
2001	1.847.408,02	1.315.719,61	531.688,41
2002	1.474.471,62	1.044.343,29	430.128,33

Em euros.

Com referência ao exercício de 2001, o valor da carga fiscal imputável foi alterado em relação ao dados apresentados no Anexo às contas do exercício anterior, por motivo de uma incorrecção no cálculo da matéria colectável que resultou numa entrega de imposto sobre o rendimento, inferior à devida, em EUR 531.688,41, cuja responsabilidade se encontra evidenciada no Balanço nas rubricas de Resultados transitados e Estado e outros entes públicos.

Já no exercício de 2003, procedeu-se à elaboração da declaração de substituição, que será entregue no início do mês de Fevereiro, junto da Direcção Geral de Impostos.

21 – Não aplicável.

22 – Conforme anexo 1.

23 – Conforme anexo 2, 3 e 4.

24 – Movimentos relativos a reavaliações, de acordo com o seguinte mapa:

RUBRICAS	IMOBILIZ CORPÓREAS	INVESTIMENTOS	TOTAL
<i>Reserva de Reavaliação</i>			
<i>Início do exercício</i>		2.790.399,33	2.790.399,33
<i>Aumentos.....</i>		1.729.700,29	1.729.700,29
<i>Diminuições.....</i>		729.160,54	729.160,54
<i>Incorp capital social</i>			
<i>Outras</i>			
<i>Fim do exercício</i>		3.790.939,08	3.790.939,08
<i>Custos históricos</i>	5.772.397,79	22.633.524,08	
<i>Reavaliações</i>	-	3.790.939,08	
<i>Valores contabilísticos reavaliados.....</i>	5.772.397,79	26.424.463,16	

Em euros.

Na rubrica de Investimentos não estão considerados os Títulos de Rendimento Fixo dado que se encontram valorizados de acordo com o ponto 3 deste Anexo.

O valor considerado na rubrica de Reavaliações de Investimentos é resultante de mais e menos valias potenciais desde a data de aquisição até à presente.

25 – As mais e as menos valias fiscais apuradas aquando da alienação dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do código do IRC, resultam da diferença entre o valor de venda e o valor de aquisição, pelo que, os efeitos de reavaliações intercalares com conseqüente apuramento de mais ou menos valias não realizadas e a eventual constituição ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar, não são tributadas.

26 – Desdobramento das contas de provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
490- <i>Prov. para recibos por cobrar</i>				
<i>De outros tomadores de seguros</i>	2.001.876,00		389.592,58	1.612.283,42
491- <i>Prov. p/ créditos de cobrança duvidosa</i>				
<i>De outros devedores</i>	175.901,61		3.502,19	172.399,42
492- <i>Provisões para riscos e encargos</i>				
<i>Impostos</i>	219.652,96	3.730,60		223.383,56

Em euros.

27 – Não aplicável.

28 – Demonstração dos resultados extraordinários, como se segue:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
69100- <i>Donativos</i>	9.991,96	17.105,97	79100- <i>Restit impostos</i>		
69101- <i>Mecenato</i>			79101- <i>Recup dividas</i>		
69102- <i>Desp confidenciais</i>			79102- <i>Red amort prov.</i>		
69103- <i>Perdas imo corpor</i>	10.279,59		79103- <i>Ganho imo corp</i>		24,94
69104- <i>Ofertas a clientes</i>	1.044,79	1.890,04	79107- <i>Correc rel. ex. ant.</i>		
69105- <i>Dividas incobráveis</i>	40.009,40		79108- <i>Ot prov. ganho ext.</i>	379.940,05	339.147,41
69106- <i>Multas penalidades</i>	14.486,18	7.841,42			
69107- <i>Quotiz diversas</i>	1.093,24	498,80			
69108- <i>Correc rel. ex. ante</i>					
69109- <i>Ot custo perdas ext.</i>	153.583,60	143.420,23			
83- <i>Result extraordinários</i>	149.451,29	168.415,49			
	379.940,05	339.172,35		379.940,05	339.172,35

Em euros.

29 – A proporção em que o imposto sobre os lucros incide sobre os resultados correntes e extraordinários é a seguinte:

RESULTADOS	PERCENTAGEM
CORRENTES.....	96%
EXTRAORDINÁRIOS.....	4%

30 – Não aplicável.

31 – Não aplicável.

32 – Não aplicável.

33 – Com relação às seguintes provisões técnicas:

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CUSTOS AQUISIÇÃO DIFERIDOS	VALOR DE BALANÇO N	VALOR DE BALANÇO N-1
<i>Provisão p/prêmios não adquiridos</i>	20.167.121,10	4.033.437,96	16.133.683,14	14.479.625,55
<i>Provisão matemática</i>	-	-	-	-
<i>Provisão para riscos em curso</i>			99.899,00	232.914,77
<i>Reavaliações</i>		-	3.790.939,08	
<i>Valores contabilísticos reavaliados</i>		5.772.397,79	26.424.463,16	

Em euros.

34 – Conforme anexo 5 e 7.

35 – Os reajustamentos apresentados no mapa anexo 5, representam 4,5% das provisões para sinistros do ano anterior, percentagem sensivelmente igual ao aumento verificado no custo médio, decorrente das pressões inflacionistas do sector e do aumento da taxa do IVA em dois pontos percentuais.

36 – O método de valorimetria aplicado aos Investimentos foi o seguinte:

- Terrenos e Edifícios, Títulos de Rendimentos Variável e Fixo - Conforme referido no Ponto 3, deste Anexo.
- Empréstimos e Depósitos a Prazo e à Ordem - Estão valorizados ao custo de aquisição/valor histórico, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

37 – O método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios é o explicitado no Ponto 3, deste Anexo.

Discriminação do valor dos edifícios segundo o exercício correspondente à sua avaliação:

EXERCÍCIO DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO
2002	9.527.504,03	11.772.500,00
2001	7.150.618,67	8.417.994,90
2000	-	-
1999	97.170,74	87.289,63
1998	-	-
Anterior	-	-

Em euros.

38 – As Bases Técnicas das Rendas Vitalícias, adoptadas pela Mapfre, assentam nos seguintes pressupostos:

DESCRIÇÃO	VALOR DOS CAPITAIS DE REMISSÃO	PROVISÕES MATEMÁTICAS
<i>Lei de sobrevivência da tábu</i>	<i>TD 88/90</i>	<i>GRF 80</i>
<i>Taxa de rendimento</i>	5,25%	4,00%
<i>Carga de gestão</i>	0%	1%

As responsabilidades com pensionistas estão devidamente avaliadas, já que as referentes às pensões obrigatoriamente remíveis, em anos futuros, não reflectem a redução de responsabilidades inerente à aplicação da TD 88/90 a 5,25%.

Salientamos que a Mapfre Seguros Gerais, numa atitude de prudência quer quanto a bases técnicas quer quanto a não alterar os procedimentos informáticos, provisiona por excesso o valor estabelecido no ponto 2 do Capítulo I da Norma 15/2000-R.

39 – A Companhia não tinha a 31 de Dezembro de 2002, quaisquer valores a recuperar, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros.

40 – Conforme anexo 6.

41 – Todos os prémios brutos emitidos de seguro directo são provenientes de contratos celebrados em Portugal, no valor de EUR 53.538.600,19.

42 – Não aplicável.

43 – O montante das comissões relativas ao seguro directo, contabilizadas no exercício foi de EUR 4.996.888,37.

44 – Indicação dos investimentos segundo a sua afectação, de acordo com o seguinte quadro:

RUBRICAS	SEGURO DE VIDA (20,21 e 240)	SEGURO NÃO VIDA (22 e 241)	LVRES (conta 23)
<i>Terrenos e edificios</i>		<i>20.277.784,53</i>	
<i>Investimentos em empresas grupo e associadas.....</i>			
<i>Outros investimentos financeiros.....</i>		<i>59.042.055,08</i>	<i>270.350,07</i>
<i>Depósitos junto empresas cedentes.....</i>			
TOTAL		79.319.839,61	270.350,07

Em euros.

45 –

– Amortização do trespasse da cessão da carteira de seguros da Agência Geral em Portugal da Mapfre Seguros Generales – O referido trespasse, que ascende a EUR 12.088.456,94 é composto pelo preço de cessão da carteira de seguros da Agência Geral em Portugal da Mapfre Seguros Generales e pelos resultados da actividade da Agência em referência, no período de 1 de Dezembro de 1997 a 31 de Março de 1998, data em que se concretizou a referida cessão da carteira.

– A Companhia definiu como período base para amortização do trespasse, o período de 5 anos, tendo nessa base já registado uma amortização acumulada a 31 de Dezembro de 2002, no valor de EUR 11.484.034,08. No final de cada exercício é efectuada uma avaliação da carteira adquirida, ajustando-se as amortizações registadas a fim de corrigir o correspondente activo.

– Cessão da carteira de seguros dos ramos não vida da Sucursal em Portugal da AEGON UNIÓN ASEGURADORA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS - O preço total dessa cessão foi inicialmente fixado em EUR 1.396.634,11, tendo sido acrescido do montante correspondente ao resultado da exploração referente ao período de 1 de Abril de 2001 a 30 de Setembro de 2001, nos termos do contrato celebrado, isto é, EUR 311.008,26, ou seja um total de EUR 1.707.642,37.

A Companhia definiu como período base para amortização do trespasse, o período de 5 anos, tendo nessa base já registado uma amortização acumulada a 31 de Dezembro de 2002, no valor de EUR 426.910,57. No final de cada exercício é efectuada uma avaliação da carteira adquirida, ajustando-se as amortizações registadas a fim de corrigir o correspondente activo.

Inventário de títulos e participações financeiras (anexo 1)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS								
1.1 - Nacionais								
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo								
	sub-total							
1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo								
	sub-total							
1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo								
	sub-total							
1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas								
	sub-total							
1.1.5 - Obrigações de empresas associadas								
	sub-total							
1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas								
	sub-total							
	sub-total							
1.2 - Estrangeiras								
1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo								
	sub-total							
1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo								
	sub-total							
1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo								
	sub-total							
1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas								
	sub-total							
1.2.5 - Obrigações de empresas associadas								
	sub-total							
	sub-total							
	sub-total							
	total							
2 - OUTROS TÍTULOS								
2.1 - Nacionais								
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo								
2.1.1.1 - De dívida pública								
	O. TESOIRO - JUN/2003 - 10,625%					2.679.713,99		2.694.892,14
11 1 075 9009 18	O. TESOIRO - JAN/2004 - 8,875%					4.135.224,61		4.244.237,32
11 1 075 9009 20	O. TESOIRO - FEV/2005 - 11,875%					2.025.185,83		2.020.867,73
11 1 075 9009 23	O. TESOIRO - FEV/2006 - 9,5%					2.998.414,53		2.965.525,26
11 1 075 9009 26	O. TESOIRO - FEV/2007 - 6,625%					5.957.870,86		5.824.703,19
11 1 075 9009 30	O. TESOIRO - ABR/2003 - 4,8125%					503.385,92		499.020,48
11 1 075 9009 31	O. TESOIRO - JUN/2008 - 5,375%					2.131.300,00		2.084.794,75
11 1 075 9009 32	O. TESOIRO - SET/2013 - 5,45%					993.700,00		994.152,45
11 1 075 9009 33	O. TESOIRO - JUL/2009 - 3,95%					1.471.088,87		1.479.803,23
11 1 075 9009 34	O. TESOIRO - JUN/2011 - 5,15%					487.100,00		488.822,48
11 1 075 9009 37								
	sub-total					23.382.984,61		23.297.819,03
2.1.1.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total							
2.1.1.3 - De outros emissores								
	ELECTRICIDADE DE PORTUGAL - OUT/2009 - 6,40%					792.389,41		811.555,31
4 1 3 106 0111 01	ELECTRICIDADE DE PORTUGAL - MAR/2011 - 5,875%					694.218,00		694.796,46
4 1 3 106 0152 01								
	sub-total					1.486.607,41		1.506.351,77
	sub-total					24.869.592,02		24.804.170,80
2.1.2 - Títulos de rendimento variável								
2.1.2.1 - Ações								
	sub-total							
2.1.2.2 - Títulos de participação								
	sub-total							
2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
	sub-total							
2.1.2.4 - Outros								
	sub-total							
	sub-total							
	total					24.869.592,02		24.804.170,80
2.2 - Estrangeiros								
2.2.1 - Títulos de rendimento fixo								
2.2.1.1 - De dívida pública								
	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JUL/2011 - 5,4%					299.160,00		302.740,80
4 1 1111 0002 43	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JUL/2009 - 5,15%					7.684.782,50		7.642.345,13
4 1 1111 0003 13	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JAN/2010 - 4%					2.569.110,00		2.605.506,79
4 1 1111 0003 19								
	sub-total					10.553.052,50		10.550.592,72
2.2.1.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total							
2.2.1.3 - De outros emissores								
	FRANCE TELECOM - MAR/2008 - 6,75%					250.000,00		249.890,97
4 1 3 101 0056 07	CAISSE NATIONAL DE AUTOROUTES - JUL/2009 - 6,75%					532.230,01		523.983,19
4 1 3 101 0193 02	CAISSE NATIONAL DE AUTOROUTES - MAR/2013 - 5,85%					255.250,00		254.714,82
4 1 3 101 0193 03	DEUTSCHE BAHN FINANCE BV - JUL/2009 - 4,875%					479.400,00		483.121,20
4 1 3 103 0041 01	ENDESA INTERNACIONAL - FEV/2009 - 4,2%					498.400,00		498.875,39
4 1 3 106 0021 04	ENDESA INTERNACIONAL - JUN/2009 - 4,375%					193.300,00		195.269,91
4 1 3 106 0021 04	OBLIGACIONES CAJA MADRID - ABR/2012 - 6,25%					495.270,00		495.813,40
4 1 3 106 0037 02	PORT TELECOM INT FINANCE BV - ABR/2009 - 4,625%					994.600,00		996.116,57
4 1 3 106 0081 01	GAS NATURAL FINANCE BV - FRV/2010 - 6,125%					397.000,00		397.628,97
4 1 3 106 0123 01	IBERDROLA INTERNACIONAL BV - NOV/2003 - 4,1%					798.283,09		798.912,25
4 1 3 115 0132 01	IBERDROLA INTERNACIONAL BV - MAI/2009 - 4,5%					497.060,00		497.848,45
4 1 3 115 0132 02	REPSOL INTERNACIONAL FINANCE - MAI/2010 - 6%					99.950,00		99.929,41
4 1 3 115 0180 05	OBLIGACIONES TELEFONICA - ABR/2009 - 4,5%					297.900,00		298.508,40
4 1 3 115 0183 01								
	sub-total					5.788.643,10		5.790.612,93
	sub-total					16.341.695,60		16.341.205,65
2.2.2 - Títulos de rendimento variável								
2.2.2.1 - Ações								
	CORPORACION MAPFRE					1.788.547,15		2.655.177,70
4 2 1 111 0013 01								
	sub-total					1.788.547,15		2.655.177,70
2.2.2.2 - Títulos de participação								
	FOND MAPFRE DIVERSIFICACION F.I.M.					3.013.736,89		2.882.563,83
4 4 1 111 0014 01	FOND MAPFRE BOLSA GLOBAL F.I.M.					1.000.000,00		608.937,10
4 4 1 111 0014 02								
	sub-total					4.013.736,89		3.491.500,93
2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
	sub-total							
2.2.2.4 - Outros								
	sub-total					5.802.284,04		6.146.678,63
	total					22.143.979,64		22.487.884,28
3 - TOTAL GERAL						47.013.571,66		47.292.055,08

Imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas (anexo 2)

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de constituição e instalação	274.738	254.585					17.267		2.886
Despesas de investigação e desenvolvimento	0	0					0		0
Despesas em edifícios arrendados	265.341	57.251					42.329		165.761
Trespases	13.796.099	9.151.725					2.759.220		1.885.154
Outras imobilizações incorpóreas	0	0					0		0
Imobilizações em curso	0	0					0		0
Adiantamentos por conta	0	0					0		0
sub-total	14.336.178	9.463.561	0	0	0	0	2.818.815	0	2.053.802
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Equipamento administrativo	1.221.628	945.044	64.047		114.615		98.797	113.419	240.637
Máquinas e ferramentas	572.507	343.605	17.745		54.200		61.338	52.762	183.871
Equipamento informático	3.572.479	2.665.540	236.904		1.365.823		460.503	1.359.353	676.869
Instalações interiores	1.361.923	744.781	96.958		25.870		142.207	25.677	571.701
Material de transporte	13.397	13.397	0		17.642		0	17.642	0
Equipamento hospitalar	0	0				0		0	0
Outras imobilizações corpóreas	187.729	144.929	30.757		25.527		15.405	24.848	57.472
Imobilizações em curso	0	0					0	0	0
Adiantamentos por conta	64.160	0	618.154		441.583		0	0	240.731
sub-total	6.993.823	4.857.296	1.064.565	0	2.045.259	0	778.251	1.593.700	1.971.282
Total	21.330.001	14.320.857	1.064.565	0	2.045.259	0	3.597.066	1.593.700	4.025.083

Terrenos e edifícios (anexo 3)

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aquisições e benefícios	Reavaliações e diminuições de valor	Transferências (*)		Alienações		Saldo Final	
	Valor de aquisição (1)	Valor de balanço (2)			Valor de aquisição (5)	Valor de balanço (6)	Valor de aquisição (7)	Valor de balanço (8)	Valor de aquisição (9) = (1)+(3)+(5)-(7)	Valor de balanço (10) = (2)+(3)+(4)+(6)-(8)
De serviço próprio										
Terrenos										
Edifícios	14.500.369	16.457.679	455.220	1.068.762	-77.095	-89.784			14.878.494	17.891.877
De rendimento										
Terrenos										
Edifícios	1.819.704	2.119.447		176.677	77.095	89.784			1.896.799	2.385.908
Imobilizações em curso									0	0
Adiantamentos por conta									0	0
Total	16.320.073	18.577.126	455.220	1.245.439	0	0	0	0	16.775.293	20.277.784

NOTA:

(*) As saídas são inscritas com valor negativo

Investimentos em empresas do grupo e associadas e outros investimentos financeiros (excepto títulos) (anexo 4)

RUBRICAS	Saldo inicial (1)	Aumentos (2)	Diminuições de valor (3)	Alienações ou reembolsos (4)	Saldo final (5)
<i>Investimentos em empresas do grupo e associadas</i>					
Empréstimos a empresas do grupo					
Empréstimos a empresas associadas					
Outros investimentos financeiros					
Empréstimos hipotecários					
Outros empréstimos	180.437	207.642	84.125	33.605	270.350
Empréstimos sobre apólices					
Empréstimos sobre títulos					
...					
...					
Depósitos em instituições de crédito	14.404.888	119.167.500		121.822.388	11.750.000
Outros					
...					
Depósitos junto de empresas cedentes					
Total	14.585.325	119.375.142	84.125	121.855.993	12.020.350

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções) (anexo 5)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA				0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	10.198.664	3.080.783	7.765.559	647.678
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	2.710.315	1.389.939	1.318.610	-1.767
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	16.254.682	8.425.208	13.983.304	6.153.830
- OUTRAS COBERTURAS	8.015.368	2.306.672	1.230.395	-4.478.301
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	547.774	103.370	128.010	-316.394
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.347.049	252.387	1.845.692	-248.970
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS	102.422	8.516	127.593	33.687
TOTAL	40.176.274	15.566.875	26.399.162	1.789.763
TOTAL GERAL	40.176.274	15.566.875	26.399.162	1.789.763

Valores em euros.

NOTAS: * Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Discriminação de alguns valores por ramos (anexo 6)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	11.254.713	11.376.611	7.279.664	2.879.419	295.973
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	7.084.323	6.776.449	3.548.837	1.641.490	1.137.081
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	19.410.743	18.346.910	15.554.304	5.092.933	-619.020
- OUTRAS COBERTURAS	14.413.262	13.689.557	8.768.789	3.351.699	196.678
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	493.808	478.611	-26.524	104.045	115.092
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	804.569	730.584	342.222	210.985	69.167
CRÉDITO E CAUÇÃO					
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	77.182	72.303	66.628	16.814	2.385
TOTAL	53.538.600	51.471.026	35.533.920	13.297.386	1.197.357
RESSEGURO ACEITE					
TOTAL GERAL	53.538.600	51.471.026	35.533.920	13.297.386	1.197.357

Valores em euros.

NOTAS: * Sem dedução da parte dos resseguradores.

Discriminação dos custos com sinistros (anexo 7)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	4.371.152	1.065.445	1.843.067	7.279.664
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	2.823.477	508.875	216.486	3.548.837
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	13.731.362	2.244.828	-421.886	15.554.304
- OUTRAS COBERTURAS	7.224.976	1.389.138	154.675	8.768.789
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	208.103	26.613	-261.241	-26.524
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	385.297	89.387	-132.462	342.222
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS	1.549	7.350	57.729	66.628
TOTAL	28.745.917	5.331.635	1.456.368	35.533.920
RESSEGURO ACEITE				0
TOTAL GERAL	28.745.917	5.331.635	1.456.368	35.533.920

Valores em euros.

Certificação legal das contas
e relatório e parecer fiscal único





■ Ernst & Young Audit & Associados SROC, S.A. ■ Tel: (351) 217 912 000
 Edifício República
 Avenida da República, 90 - 6.º
 1000-266 Lisboa
 Portugal
 Fax: (351) 217 957 586

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, que evidencia um total de balanço de Euros 115.191.982 e um total de capital próprio de Euros 44.294.187, incluindo um resultado líquido de Euros 2.279.537, a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

■ Sociedade Anónima, C. R. Comercial, Lisboa - inscrita no nº 11752
 Licenciada nº 125 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
 Licenciada nº 101 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
 Autorização nº 273/99-267 - Capital Social: 1.000.000 euros

20

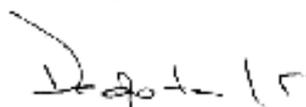
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em, juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2002 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2003

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, (SROC nº 178)
Representada por



Pedro Manuel Travassus de Carvalho (ROC nº 634)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto nos artigos nºs 420º e 421º do Código das Sociedades e no cumprimento das funções de Fiscal Único da **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, procedemos à fiscalização dos actos do Conselho de Administração da Sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da Sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuámos testes por amostragem às transacções e saldos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos ainda à verificação do Balanço, Conta de Ganhos e Perdas e do respectivo Anexo, bem como dos princípios contabilísticos subjacentes. Do Conselho de Administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos.

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, sem reservas que consideramos parte integrante deste relatório.

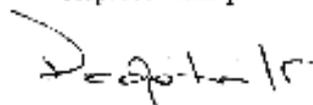
Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Aproveem o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2002 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aproveem a proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2003

O FISCAL ÚNICO

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC Nº 178)
Representada por



Pedro Manuel Travassos de Carvalho (ROC Nº 634)

